

## **CONTRA O NEOLIBERALISMO, A UTOPIA DO TRABALHO**

**Manuel Carvalho da Silva**

**Publicado en el primer número de RDS-L, Revista de  
Derecho Social Latinoamérica, nueva etapa, 2016**

Disse Saramago: “Alguém não anda a cumprir o seu dever. Não andam a cumprir- lo os Governos, seja porque não sabem, seja porque não podem, seja porque não querem. Ou porque não lho permitem os que efetivamente governam, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a uma casca sem conteúdo o que ainda restava de ideal de democracia. Mas também não estão a cumprir o seu dever os cidadãos que somos. (...) Com a mesma veemência e a mesma força com que reivindicarmos os nossos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres”.

Revindiquemos então, a obrigação coletiva e o dever de cada um de nós respeitar e fazer respeitar os direitos reconhecidos na Declaração Universal. E recordemos o conteúdo da Declaração de Filadélfia (1944) e a sua alínea a) “o trabalho não é uma mercadoria”, quando na evocação do centésimo aniversário da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que se aproxima (será em 2019), estamos convidados a discutir o futuro do Trabalho. Nas mais diversas latitudes observamos intervenções das instituições, inclusive de Estados e conjuntos de Estados (o exemplo da União Europeia), que violam leis, tratados e importantes compromissos em nome de uma “realidade” que a tudo se sobrepõe. Ao mesmo tempo, as pessoas vivem debaixo de um constante apelo para que se adaptem acriticamente.

O que sustenta e alimenta essa “realidade”? É o “pragmatismo” que visa colocar todas as relações e atividades humanas debaixo do objetivo do lucro: mercadorizar tudo, começando pelo trabalho, mas chegando ao quadro geral dos nossos direitos e deveres.

Pode dizer-se que é criminoso expandir o primado das relações mercantis a todas (ou quase) dimensões da vida. Em múltiplas áreas será impossível obter resultados cumprindo os planos de negócios que nos são propagandeados: grande parte das descobertas científicas não se faziam; projetos de investigação absolutamente indispensáveis nas áreas das ciências sociais ou das humanidades e outras jamais se desenvolveriam.

As relações mercantis dissolvem laços sociais e destroem valores que desestruturam a família e outras importantes instituições e espaços da sociedade. Por outro lado, a empresa enquanto “comunidade” desaparece se o trabalho for um mero produto de troca. O trabalho, em todos os seus espaços e tempos, e as relações de trabalho, estão carregados de dimensões normativas e processuais que articulam o económico, o social, o cultural e o político.

Estamos, pois, perante a premência de repor e atualizar os lugares do Direito do Trabalho, do Sindicalismo e da negociação coletiva, tarefa que desafia uma intervenção articulada do pensamento e da ação de juristas, sociólogos, economistas, sindicalistas e políticos que não se submetam às inevitabilidades do neoliberalismo dominante.

O desafio é gigantesco. No seio da sociologia do trabalho, correntes progressistas que analisam com objetividade e rigor as profundas e complexas metamorfoses do trabalho, identificam novas formas de organização carregadas de novas noções de tempo e de espaços de trabalho como a

realidade atual que substituiu as “velhas relações de trabalho”.

Mas esta é uma parte da questão, pois as relações de trabalho são um processo onde além das formas de organização e prestação do trabalho estão atores, diretos e indiretos, com papéis e poderes concretos e existem contextos internos e externos que se cruzam e influenciam.

Da valorização do trabalho decorreram muitos dos principais progressos dos últimos duzentos anos – com a edificação do *Welfare State* e as suas importantes conquistas no campo dos direitos humanos (trabalho digno, direitos sociais, remuneração mais justa, segurança no emprego, progressão salarial, qualificação profissional, expressões de igualdade, etc.).

Outras dimensões do Estado Social de Direito Democrático também emergiram daí. Isso foi devido, em primeiro lugar, ao longo e doloroso trabalho organizativo e mobilizador dos trabalhadores e do seu movimento sindical desde a era do capitalismo selvagem, marca forte do século XX e com impactos até aos nossos dias.

Os anseios de uma sociedade avançada e potencialmente mais global, que devia ser marcada pela multiculturalidade, pelo diálogo e cooperação entre povos e países assentes no respeito mútuo, em práticas solidárias e de maior justiça, são negados pelo egoísmo desmedido de uma minoria de privilegiados cada vez mais ricos, pelo saque de riqueza aos países e povos em condições mais frágeis, pela exploração desmedida do trabalho, pelo espicaçar de antagonismos a partir de naturais diferenças, em vários campos, pela proliferação de guerras que servem a acumulação da riqueza, pela transferência “anárquica” de poderes e de soberania dos países para entidades não responsabilizáveis, como os “mercados”

que hoje corporizam o domínio do poder financeiro sobre o poder político.

Digamos não ao iminente retrocesso social e civilizacional em que nos encontramos, desde logo em amplos espaços da Europa. A União Europeia (UE) foi-se construindo, e continua a apresentar-se, como um projeto protagonizado por um conjunto de países –uma equipa– isto é, como um grupo voluntariamente constituído que age de forma coordenada para realizar objetivos comuns.

A coordenação requer de cada um condições de participação, capacidade e vontade de cooperar e negociar, exige jogo de cintura e cedências de parte a parte.

Mas não é assim que hoje vemos a UE. Por exemplo, para os portugueses e para muitos outros europeus, a União transformou-se num agente externo, um quase adversário.

Em diversas matérias e ocasiões surge-nos como ameaça da qual temos de nos defender. Porque será? A resposta é simples. A UE, ao mesmo tempo que assume um papel que originalmente não lhe competia, em domínios de política que lhe estavam vedados (se necessário indo contra as escolhas democráticas dos povos), abstém-se de funções que lhe competem em assuntos onde seria absolutamente indispensável agir.

Nesta UE os povos sentem-se como que em subgrupos, desarticulados e em conflito, e constataam que o enfraquecimento da democracia ao mesmo tempo que cria descrédito em milhões de cidadãos que se veem todos os dias obrigados a encontrar respostas de emergência para sobreviverem, também impede a existência de líderes com autoridade política, ética e moral necessários à formação de uma equipa.

A submissão dos mais frágeis aos mais fortes atingiu um patamar tal, que já se tornou comum vermos medidas injustas e violentas contra alguns países serem aprovadas por unanimidade. Por certo realizam-se reuniões de instituições europeias que, para os governantes dos mais frágeis, se assemelham a sessões de tortura.

Quais os papéis que a UE assume ativamente, que originalmente não lhe competiam?

(i) Por força de novos tratados, ratificados de forma mais ou menos distante dos cidadãos, a definição das políticas monetárias e orçamentais. Faz o que quer dos nossos meios e recursos, obriga-nos a pagar pesadas faturas, embora não seja responsabilizável pelas medidas que adota.

(ii) À revelia dos tratados, vai traçando e tentando impor, a partir de Bruxelas, as políticas sociais e o quadro de relações laborais, quando está estabelecido ser da competência de cada país definir as políticas de ensino, de educação, de saúde, de justiça, de segurança e proteção social, de organização do trabalho incluindo o quadro de direitos e deveres que o regula.

Ou seja, à força de tratados ou à revelia de tratados, a UE tenta decidir quase tudo, e fá-lo movida por lógicas alheias ao interesse coletivo dos cidadãos de cada país a quem aplica as suas decisões.

Entretanto, em questões cruciais que não podem (ou não devem) ser resolvidas por cada país isoladamente –pelo risco de se sucederem reações instintivas, como aquelas a que vimos assistindo, típicas de períodos de guerra– a UE mostra-se incapaz de decidir e agir. É manifestamente o caso da situação dos refugiados.

O que dizer da atitude da UE que obriga refugiados –seres humanos que fogem de guerras que as políticas europeias também ajudaram a desencadear, sempre em nome da democracia– a arriscar a vida em travessias, no fim das quais permite que se ergam muros sucessivos?

A UE já não se assemelha a uma equipa articulada, cooperante e solidária, mas sim a uma espécie de UE-rebanho, cheia de tensões internas e sem mínima perceção de destino, guardada por cães que sabem morder nas canelas dos recalcitrantes, mas podem estar a conduzir a manada para o precipício.

Por detrás das políticas de austeridade castradora, que numa UE dicotómica têm sido impostas em particular aos países do Sul da Europa, estão objetivos políticos externos e internos a cada país, a atuação de políticos, a intervenção acutilante de banqueiros (que bem sabiam dos negócios complicados e dos desfalques que tinham andado a fazer), está o trabalho de municição de argumentos para a construção de quadros de leitura da “realidade” dos países, feito por académicos neoliberais, esteve e está toda uma intervenção da comunicação social que ajuda à criação das “verdades” do contexto com que se culpabilizaram e submeteram os cidadãos desses países, como tão duramente aconteceu em Portugal.

A persistência nas mensagens foi e é de tal forma intensa, que leva as pessoas a confundirem o conteúdo noticioso da “crise” (tornada instituição) com as origens, expressões e efeitos da própria crise.

Temos o dever de exigir princípios éticos e morais no exercício da política, no acesso a direitos sociais fundamentais ou ao conhecimento e à cultura, na relação com a natureza, com os patrimónios coletivos, nas relações de trabalho. A

dignidade do ser humano e a sacralidade dos seus direitos têm muito valor, mas não são mercadorizáveis.

## 2. A UTOPIA DO TRABALHO

A Utopia de Thomas More, escrita em 1516 (More, 2009), surgiu como contraponto a uma sociedade semifeudal, de servos e senhores, em que a noção dos direitos, desde logo o direito ao trabalho com direitos, estava longe de ter emergido.

Cinco séculos depois, deparamo-nos com a cartilha neoliberal que nega direitos universais e nos quer impedir de exercer o dever de lutar pela sua efetividade.

Esta constatação não anula os avanços extraordinários conquistados, que projetam no futuro novos desafios, com a certeza de que nenhuma conquista é definitiva.

Um grande contributo que More nos legou é, no meu entender, a ideia de que há alternativas às narrativas e às práticas instituídas: não nos devemos nem podemos conformar com a “realidade” do presente.

Jamais podemos abdicar de um elemento essencial para o ser humano: a possibilidade de sonhar sobre o realizável e o ainda não realizável e de, a partir daí, construir projetos. Uma das maiores contradições dos tempos que vivemos é, como já mencionei, a tentativa de, pela contínua gestação e invocação de riscos e medos, gerar a negação do futuro, em particular às gerações mais jovens. Os mais velhos, sujeitos à narrativa que toma o aumento da esperança de vida como um fardo para toda a sociedade, também veem negado o direito a viver mais tempo e com saúde enquanto direito universal.

Neste momento, um exercício para perceber para onde vai o futuro do trabalho –nas suas dimensões económica, social, cultural e política–, surge-me organizado em três componentes. A primeira implica debruçarmo-nos, com o máximo de objetividade possível, sobre quais são os traços dominantes de requisitos de vida que se perspetivam –sem ficarmos presos à sobrevivência *ad eternum* do sistema capitalista– e, nessa projeção, identificar as necessidades básicas das sociedades do futuro.

Há requisitos de vida que não vão mudar tão cedo: vamos continuar a vestir, a calçar, a ter necessidade de sistemas de comunicação e de deslocação, vamos continuar a habitar principalmente nos grandes centros urbanos. E a forma de nos alimentarmos talvez também não se altere assim tanto.

O trabalho, incorporando conhecimentos e tecnologias diversas, vai situar-se, em grande parte, na garantia desses fatores determinantes do estilo de vida que as sociedades adotarem.

A segunda componente tem a ver com a aquisição de conhecimentos, a formação necessária para o desenvolvimento dessas atividades e, em particular, para uma interação humana, que nos surge muito mais desafiadora em consequência da presença crescente das tecnologias e do digital e, sobretudo, de uma inovação social que há-de responder a crescentes anseios de igualdade e aos impactos, nomeadamente, do aumento da esperança de vida, do peso quantitativo e qualitativo das mulheres no trabalho e nas organizações da sociedade, da reinvenção de novas formas de relacionamento entre as gerações, da reformulação das instituições em que se organizam, desde logo a família.

O aumento da esperança da vida e o papel das mulheres no trabalho e na sociedade são, para mim, duas enormes mudanças do último século e vão, imperiosamente, marcar presença no futuro que se pode projetar neste início do século XXI.

Conforme a sociedade vai envelhecendo, é inevitável a consciência de que o facto de os indivíduos serem mais velhos não os torna despidos de direitos, logo surgirão novas agendas reivindicativas. O mesmo se pode imaginar em relação ao papel das mulheres.

A terceira componente tem a ver com a utilização das tecnologias e do conhecimento.

Em Davos, a estância de inverno das elites financeiras e políticas mundiais, falou-se muito, este ano, de uma quarta revolução industrial. Segundo estudo do World Economic Forum, em consequência da automação serão destruídos, nos próximos anos, cinco milhões de empregos em todo o mundo e surgirão fortes perturbações nos “mercados de trabalho” que poderão causar crescentes desemprego e desigualdades.

O domínio desses grandes avanços na automação surgirá concentrado num pequeno número de empresas (multinacionais). Para a esmagadora maioria das empresas, que como sabemos são pequenas e médias, vão sobrar, por muito tempo, novas dependências e acrescidas instabilidades.

As tecnologias e outras capacitações que emergem de novos conhecimentos são importantes, enquanto instrumentos que os seres humanos podem manipular para melhorar o funcionamento das organizações e a vida das pessoas, para servir o bem comum.

Mas elas vêm sempre carregadas de riscos e desafios que geram medos e subjugações.

Contudo, em Davos, não se discutiu como lhes dar resposta. Deixou-se a sua gestão aos “mercados” e a interesses egoístas instalados. Direi ser necessário levar a sério as premonições de Davos. Ter presente que os trabalhadores se encontram bastante desarmados no que respeita à força organizada e aos mecanismos necessários para defesa dos seus direitos, e do direito ao emprego em particular.

São bem conhecidos contextos em que a automação se traduziu em desemprego e abaixamento do valor atribuído ao trabalho e, por consequência, em fator de fragmentação e fragilização das condições de trabalho e de declínio social prolongado.

Em geral a automação permite, ao mesmo tempo, “poupar” trabalho humano, obter maior volume de produção no mesmo tempo de laboração e aumentar a riqueza produzida. Rompe portanto três equilíbrios: 1) o equilíbrio entre o número de pessoas que precisam e querem trabalhar e o número dos que são requeridos para pôr a “máquina da produção” em movimento; 2) o equilíbrio entre o valor da produção e o rendimento suscetível de ser transformado em poder de compra, designadamente pelo desemprego provocado e por não se refletir nos salários o aumento da riqueza conseguido; 3) o equilíbrio entre o conjunto de atividades instaladas e o potencial de atividades úteis que se poderão desenvolver para utilizar, de forma digna, todo o trabalho humano disponível.

Para repor equilíbrios é indispensável que: i) os tempos de trabalho sejam distribuídos por todos os que querem e precisam de trabalhar, sem perda de

salário (que pesa cada vez menos nos custos das empresas), organizando-se as empresas e os serviços por forma a rentabilizar capacidades sem a exploração excessiva de uns e o desemprego de outros; ii) o aumento da riqueza produzida se reflita com justiça no aumento do salário de quem a produz e na contribuição para a sustentabilidade de sistemas de segurança e proteção social solidários e universais; iii) se aumentem os impostos sobre o capital para uma mais justa distribuição do rendimento; iv) os sistemas fiscais sejam efetivamente progressivos;

v) se faça investir parte da riqueza existente na criação de emprego útil, quer para a satisfação de necessidades e direitos fundamentais das populações, quer para resolver graves problemas ambientais e ecológicos, ou para utilizar mais racionalmente o uso da terra e do mar, ou ainda para desenvolver formas mais racionais de organização da economia e do modo de vida das pessoas.

O trabalho requer ensino, informação, comunicação, cultura. Reclama saúde física e equilíbrio emocional. Exige participação e o dispor do tempo, o que nos convida a lembrar que a vida tem dois pressupostos fundamentais: saúde e tempo. Põe em evidência a necessidade de outras atividades, realizações e lazer.

Potencia a utilização mais equilibrada do não trabalho, espaço/ tempo que se valorizará e ampliará em várias dimensões com o desenvolvimento das sociedades.

Vai ser preciso, com uma outra utilização da riqueza e novas conceções de desenvolvimento, encontrar novos trabalhos, reformular o conceito de emprego com uma boa operacionalização do valor do trabalho, desenvolver novas formações.

Os tópicos que aqui registo conduzem-nos a uma reconsideração do que devem ser as trajetórias e as carreiras profissionais. A Escola e outras instituições de formação e de aquisição de conhecimentos ao longo da vida, estão desafiadas a trabalhar essas formações numa perspetiva universal (permitindo acesso a grandes massas) e bem para além dos desafios das premências do presente.

## 2.1. DISPORMOS DO TEMPO: A UTOPIA MAIS PERENE

Com base nestas três componentes, pode projetar-se um grande debate em torno da organização e da prestação do trabalho e o tempo de trabalho vai estar –inevitavelmente– no cerne da discussão. Esta é, talvez, a utopia mais perene.

O texto de More tem uma componente bastante atual face ao que atrás enunciei, quando propõe que se reduza o tempo de trabalho de forma significativa. Preconizava ele seis horas de trabalho por dia –utopia a colocar desde já na agenda do realizável– e concebia espaços de aprendizagem para as profissões, para a formação plena dos indivíduos, e para o lazer. More concebe o trabalho como um direito/dever universal.

Estou plenamente convencido que o rompimento com o pensamento neoliberal, que por agora está instalado, coloca entre outros desafios e em lugar muito destacado, uma nova discussão sobre o tempo de trabalho. O debate vai estar aí, motivado pela necessidade de responder ao desemprego, às desigualdades e, sobretudo, à inatividade e à pobreza.

Por outro lado, há um conjunto de alterações que se produziram na sociedade, que não estão a ser assumidas mas que se irão impor. Refiro-me aqui apenas a duas: o facto de as instabilidades e inseguranças atuais (as

precariedades) não serem sustentáveis, e a constatação de que o aumento da esperança média de vida altera toda a nossa concepção de preparação para o trabalho e de formação ao longo da vida, altera o conceito de vida ativa e de reforma, altera, como já observei, as relações entre as gerações ou o quadro de estruturas necessárias na sociedade.

Na atualidade, constata-se uma certa convergência entre a velha concepção de que o Estado se deve afastar das relações laborais para imperar a vontade das partes na estruturação das relações laborais –como se elas estivessem em pé de igualdade–, com uma perspectiva pretensamente pós-moderna, em que o grande anseio dos trabalhadores se situa na “libertação das dependências da contratualização”.

Essa perspectiva não tem futuro. Trata-se, tão só, de uma visão cínica que pretende colocar a inatividade, o desemprego, a degradação da qualidade do emprego, as precariedades, as instabilidades e inseguranças como decorrências, naturais e passageiras, de um processo de libertação dos trabalhadores a ser concretizado pelo “individualismo responsabilizador” e por uma espécie de “agencialização” de cada trabalhador feita por organizações (empresas) especializadas do “mercado”.

É preciso trabalhar novos equilíbrios entre o individual e o coletivo, mas não enfraquecer ou eliminar este. E nessa reconstrução há que assumir, com toda a determinação, que o tempo é das pessoas: ele é elemento fundamental da sua vida no espaço do trabalho e fora dele.

Sabemos bem que a redução do tempo de trabalho tem sido uma das batalhas mais difíceis nas sociedades modernas. “As crises” como acontece com aquela em que Portugal tem estado mergulhado, têm propiciado uma brutal transferência

de rendimentos e de poder do trabalho para o capital, e contribuído para eliminar o direito ao trabalho a muitos milhões de seres humanos, enquanto coloca outros a trabalharem mais tempo. A primeira convenção da OIT, de outubro de 1919, estabeleceu as 48 horas de trabalho e vemos que foi preciso um século com sindicalismo ativo, com Direito do Trabalho, com contratação coletiva, para chegarmos aproximadamente às 40 horas de duração semanal de trabalho, embora ainda longe da sua universalização: não há uma convenção que estabeleça as 40 horas como o limite máximo!

A redução do tempo de trabalho foi diminuta, se comparada com a alteração dos meios tecnológicos e comunicacionais e das capacitações introduzidas nos mecanismos de trabalho. Sem dúvida, será possível trabalhar menos horas e criar mais emprego, organizando as empresas e serviços com processos inovadores na prestação e organização do trabalho.

Pode dizer-se que até a partir das capacidades hoje instaladas nas empresas facilmente se conseguirá produzir mais e melhor, desde que se alterem alguns pressupostos da gestão, se organize o tempo de trabalho com mais humanismo e com o objetivo de criar emprego. Ao mesmo tempo há que mexer com justiça na repartição de sacrifícios e da riqueza produzida.

## 2.2. VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO

Então, como resolver o problema da desigualdade na distribuição de riqueza?

É preciso adotar uma precaução à partida: se na produção da riqueza não se garantir uma distribuição justa que se reflecta no salário, dificilmente a justiça será recuperada depois através do sistema fiscal. Tem de haver compromissos

coletivos que assegurem sistemas fiscais e de redistribuição que corrijam situações injustas, mas não podem fazer mais do que corrigir, não podem substituir-se à distribuição inicial da riqueza produzida com o trabalho. É por isso que há uma enorme luta a travar para que não se esvazie o conceito de salário, e para que se faça a sua valorização em linha com o aumento da riqueza que o trabalho propicia.

Em Portugal, como noutros países, os custos do trabalho não pesam mais, em termos médios, de 20% a 21% nos custos globais das empresas. Tem sentido o espremer dos custos salariais sem limites, que coloca milhões de seres humanos no desemprego e na pobreza? Não! Há que parar a loucura! Por certo esta discussão estará presente nos debates sobre os novos “paradigmas” para a economia e para o emprego. E seguramente associada a uma forte polemização sobre conceitos como a produtividade, a competitividade e outros.

A outra questão-chave para o futuro do trabalho é a criação de mecanismos de responsabilização dos indivíduos na sociedade, a partir do trabalho, entendido este como direito/ dever social. Um dos elementos que ameaça o futuro parece-me ser o de, em nome de estrangimentos e riscos, se eliminarem direitos no trabalho. Numa sociedade democrática –e espero que aquilo a que hoje chamamos sistemas democráticos não continuem a perder densidade e surja uma verdadeira reinvenção da democracia–, quando se retiram direitos aos indivíduos está-se-lhes a gerar uma desresponsabilização perante a sociedade, seja no espaço do trabalho, seja fora dele.

Ora, o trabalho vai continuar a ter lugar central enquanto fator de produção, fator de socialização, ancoradouro

de direitos sociais e de qualificações, ou como elemento vivo nas preocupações ecológicas; enquanto direito universal ou até como fator de alienação que obriga a precauções específicas. Não se pode afirmar a cidadania, a participação cívica e a democracia sem olhar a sério para o trabalho e garantir-lhe dignidade.

### 2.3. TRABALHO SOFRIMENTO E TRABALHO CRIATIVO

Daqui decorre uma discussão sobre a valorização do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho que se apresenta premente. No século XVI o trabalho tinha uma elevada carga de sofrimento, mas More introduz o conceito de lazer, projetando já nesse tempo dimensões que mantêm, cinco séculos depois, uma grande atualidade e, por consequência, a necessidade de novas abordagens.

Na ilha da Utopia, lazer não é sinónimo de estar parado. É a realização do indivíduo para lá do trabalho, o que reclamava uma discussão projetada para o futuro: precisamos pois de valorizar o trabalho porque o nosso tempo e o nosso quotidiano para além do trabalho são o fundamental da nossa vida. Quanto mais espaço e conteúdos vamos conseguindo ganhar para as dimensões da cidadania, mais importante se torna o que hoje podemos designar de não trabalho.

Precisamos que o trabalho seja remunerado de forma justa, que seja executado em condições que respeitem a nossa dignidade, que seja um espaço de relações entre iguais – com o reconhecimento à partida de que são bem diferentes os poderes das partes que intervêm no estabelecimento das relações de trabalho.

Acima de tudo, que nos permita criar condições base para nos podermos realizar e para construirmos outras dimensões da nossa vida: a família, as relações sociais, a intervenção na construção dos mecanismos de

funcionamento e de organização da sociedade, a cidadania e a política.

E ainda propiciar-nos aquilo que noutros tempos era exclusivo de alguns, que é podermos pensar. Pensar dá trabalho e ocupa tempo, mas vale a pena e é um dever, cuja efetividade é indispensável para o agir, individual e coletivo, que transforma a sociedade.

O desafio que se coloca à sociedade da utopia do realizável é como articular a carga de sofrimento associada ao trabalho, que hoje persiste em excesso com expressões de criatividade, com dimensões de prazer e a efetivação da dignidade e da realização humanas.

As sociedades do futuro têm extraordinárias possibilidades de gerir melhor a carga de sofrimento do trabalho, reduzindo-a, e de ampliar as outras componentes.

Os conhecimentos e múltiplos meios descobertos pela ciência, se colocados ao serviço da sociedade, propiciam-nos uma afirmação clara de que se deve fazer o percurso de redução do tempo de trabalho, de o organizar noutras condições menos penosas e bem mais solidárias.

O trabalho tenderá, provavelmente, a ser mais autónomo e poderá até haver mais identificação de responsabilidades individuais na determinação das formas de trabalhar e da sua organização. Mas, quanto mais autonomia se quiser, mais têm de se desenvolver os compromissos coletivos e a cooperação entre indivíduos. Caso contrário, isola-se o indivíduo apenas para o responsabilizar pelos seus fracassos.

Não há autonomia e não há liberdade individual se não houver predisposição para mais articulação e cooperação entre os indivíduos.

Com que instituições, com que poderes, com que organizações vamos fazer estas caminhadas? Essa será por certo outra reflexão, que convocará obrigatoriamente a análise do sindicalismo, da construção e articulação das agendas sociais e políticas.

### 3. BIBLIOGRAFIA

- ESTANQUE, E.; COSTA, H. A.; SILVA, M. C. DA (2015), “O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica”, in André Freire (org.), *O futuro da representação política democrática*. Lisboa: Nova Vega, 119-142.
- MORVS, T. (2009), *VTOPIA ou A melhor forma de governo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REIS, J. (org.) (2014), *A Economia Política do Retrocesso. Crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina.
- RODRIGUES, J.; SANTOS, A. C.; TELES, N. (2016), *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual.
- SARAMAGO, J. (1999), *Discursos de Estocolmo (Discurso pronunciado no Banquete Nobel, em 10 de Dezembro de 1998)*. Lisboa: Editorial Caminho. Também disponível em: <http://www.josesaramago.org/discurso-pronunciado-por-josesaramago-no-dia-10-de-dezembro-de-1998-no-banquete-premio-nobel/>
- SILVA, M. C. DA (2012), *Vencer o Medo - Ideias Para Portugal*. Lisboa: Temas e Debates.
- SILVA, M. C. DA (2007), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização – Reflexões e Propostas*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.

“Utopias – ‘Reduzir o tempo de trabalho é das batalhas mais difíceis e um debate inevitável’”, *Jornal Público*, 9/01/2016.

Artigos de opinião do autor publicados no *Jornal de Notícias*. Disponíveis em:

[http://www.jn.pt/opiniao/default.aspx?content\\_id=5074439](http://www.jn.pt/opiniao/default.aspx?content_id=5074439).